



Prefeitura Municipal de Santana do Livramento  
Cidade Símbolo de Integração do Mercosul  
Secretaria Municipal da Saúde



Ofício 018/2019 – SMS

Sant'Ana do Livramento 26 de Fevereiro de 2019

AO

Presidente da Câmara de Vereadores de Sant'Ana do Livramento

ASSUNTO: Contratação de Médico Traumatologista

Prezado Vereador,

Cumprimentamos Vossa Senhoria e, na oportunidade, viemos através deste encaminhar resposta ao questionamento acerca do indeferimento da contratação do Médico Traumatologista Bassem Mahmud Ali Mohd Yasin.

Primeiramente, cumpre considerar que, a lei mencionada no Memorando (Lei 7.334 de 13 de Abril de 2018) não é condizente com objeto do pedido, eis que se trata da limitação do tempo de espera para atendimento e internação nos plantões de atendimento de urgência, neste município, consoante cópia da legislação, em anexo.

Considerando que, ainda que existisse a possibilidade de contratação especial, deveria ter sido realizado um Processo Seletivo Simplificado, a fim de respeitar o Princípio da Impessoalidade da Administração Pública, referido na Constituição de 1988, art. 37, *caput*, o qual impõe ao Administrador Público que só pratique o ato para o seu fim legal, que é aquela norma que expressa unicamente o objetivo do ato de forma impessoal.

Considerando que, não pode o Gestor indicar nome de profissional e sim apenas fazer o pedido do cargo, levando em consideração o mesmo Princípio, que é claro ao vedar atos e decisões administrativas motivadas por favorecimentos, vínculos de amizade, nepotismo, dentre outros sentimentos pessoais desvinculados dos fins coletivos.

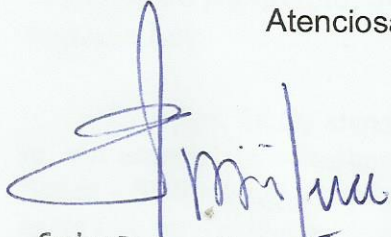
Considerando que, à época do pedido de contratação o Limite Prudencial e o Índice de Despesa com Pessoal do Município estava acima do estabelecido, consoante demonstrativos em anexo.

Considerando que, no último Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária nº 002/2018, publicado em 1º de novembro de 2018, ainda que houvesse sido ofertada vaga para Médico Especialista em Ortopedia não houve nenhum profissional que houvesse se candidatado à vaga.

Dessa forma, diante das razões acima elencadas, justificamos o porquê do indeferimento do pedido de contratação do profissional.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,



**Carlos Enrique Civeira**  
Secretário Municipal de Saúde



**Marlene Santana Almeida**  
Chefe do Setor de G.I. da Sec.  
Municipal de Saúde





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL  
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009  
Secretaria Municipal de Administração

**LEI Nº. 7.334, DE 13 DE ABRIL DE 2018.**

*Limita o tempo de espera para atendimento e internação nos plantões de atendimento de urgência, no Município de Santana do Livramento e dá outras providências.*

**SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO,**

**FAÇO** saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os atendimentos nos estabelecimentos de saúde de Santana do Livramento, em especial os atendimentos de urgência e emergência regrados pelo Serviço Único de Saúde - SUS ou por outros convênios, deverão seguir os critérios de atendimento constantes nesta Lei, sem prejuízo à legislação já existente.

**§ 1º** - A prioridade de atendimento será sempre o de maior emergência, CONFORME o protocolo mais utilizado no Brasil que é o Manchester Triage System (MTS), que traz os seguintes níveis de prioridade:

- I- **Vermelho** (emergência) - O doente deverá ser atendido pelo médico imediatamente;
- II- **Laranja** (muito urgente) - O paciente deverá ser atendido pelo médico em até 10 minutos;
- III- **Amarelo** (urgente) - O paciente deverá ser atendido pelo médico em até 60 minutos;
- IV- **Verde** (pouco urgente) - O paciente deverá ser atendido pelo médico em até 120 minutos;

**§ 2º** - Considera ainda a prioridade de atendimento à criança e ao idoso, conforme legislação federal do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso.

**Art. 2º** Nos plantões de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA do Município de Sant'Ana do Livramento, o tempo para atendimento não poderá ultrapassar duas horas, seguindo a prioridade constante no Art. 1º desta Lei.

**Art. 3º** Nos casos em que pacientes tiverem que ficar em locais de observação, crianças e idosos não poderão ficar mais de duas horas acomodados em macas, poltronas ou outros, sendo obrigatória a acomodação em cama hospitalar, adequada conforme padrão previsto em lei, sendo que para as demais pessoas o tempo não poderá ultrapassar 6 (seis) horas.





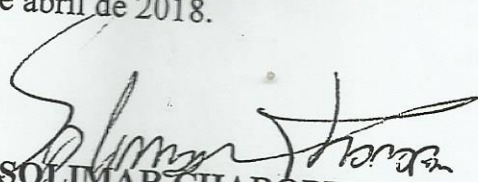
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL  
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009  
Secretaria Municipal de Administração


**Art. 4º** Em casos de contratação de serviços de terceiros pelo Município, as regras deverão constar no contrato, e se tiver contrato em vigor deverá o Município, através de termo aditivo, acrescentar as novas regras no período máximo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta lei.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sant'Ana do Livramento, 13 de abril de 2018.



Registre-se e Publique-se

  
**SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

  
**FERNANDO GONÇALVES LINHARES**  
Secretário Municipal de Administração





## Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS  
EXERCÍCIO DE 2018 - CONSOLIDAÇÃO  
PM DE SANTANA DO LIVRAMENTO  
2º Quadrimestre



41802051186619455

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

18.0.0.5  
21/09/2018  
18:31:42  
Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE SANTANA DO LIVRAMENTO

CNPJ: 88124961000159

ORGÃO Nº: 57100

Cód. Barras do RVE Vinculado: 41801051156392316

### ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
96041330000102	DEP. DE ÁGUA E ESGOTOS - SANTANA DO LIVRAMENTO	Autarquia	NÃO	41801033338624783
92913581000170	SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - S. LIVRAMENTO	Autarquia	SIM	41801032001242137

### MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		202.300.167,96

### MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL		
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses		VALOR AJUSTADO % s/RCL
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		99.175.498,86 49,02%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		48,60 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		51,30 %
		54,00 %

### MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida		VALOR AJUSTADO % s/RCL
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		8.178.132,67 4,04%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		108,00 %
		120,00 %

### MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias		VALOR AJUSTADO % s/RCL
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		0,00 0,00%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		28,80 %
		32,00 %

### MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas		VALOR AJUSTADO % s/RCL
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		0,00 0,00%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		14,40 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO		16,00 %
		0,00 0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS  
EXERCÍCIO DE 2018 - CONSOLIDAÇÃO  
PM DE SANTANA DO LIVRAMENTO  
2º Quadrimestre



41802051186619455

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.0.0.5  
21/09/2018  
18:31:42  
Pág.: 2/3

### DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

### DESPESA COM PESSOAL

O ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL de 49,02 % está situado no intervalo de 48,61% a 51,30%, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea "b" do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

### DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

*[Handwritten signature]*  
18/09/2018



Memorando Nº 388/2018

Santana do Livramento, 26 de Setembro de 2018

Da: Responsável pelo Setor de Recursos Humanos  
da Secretaria Municipal de Saúde

A: Departamento de Pessoal  
da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento - RS

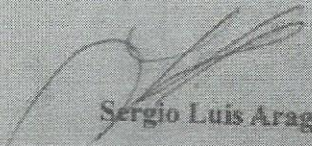
PREFEITURA
PROTOCOLADO Nº
ENTRADA EM
SAÍDA EM
DESTINO

ARTIGO 15, inciso I,  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Sant'Ana do Livramento

Vimos através deste encaminhar contratação das servidoras com justificativa conforme segue abaixo, através da Lei nº 7.334 de 13 de Abril de 2018:

- Bassem Mahmud Ali Mohd Yasin (Traumatologia e Ortopedia) - Realizará atendimento aos usuários do SUS nas Unidades da Rede Básica de Saúde, sua contratação é de grande importância devido ao grande fluxo de pacientes que demandam desta especialidade.

Atenciosamente,

  
Sergio Luis Aragon  
Secretário Municipal de Saúde

URGENTE

INDEFERIDO  
EM 28/09/18

  
Carlos Enrique Cveira  
Sec. Geral do Governo

Setor de Recursos Humanos  
da Secretaria Municipal de Saúde de Sant'Ana do Livramento  
E-mail: recursoshumanosdasaude@gmail.com